

RECURSO ESPECIAL Nº 1.768.067 - RO (2018/0244155-1)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
RECORRENTE : SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A
ADVOGADOS : CLAYTON CONRAT KUSSLER - RO003861
RAFAELA PITHON RIBEIRO - BA021026
EVERSON APARECIDO BARBOSA - RO002803
LUCIANA SALES NASCIMENTO - RO005082
JULIANA SAVENHAGO PEREIRA - RO007681
RECORRIDO : LUIZA RODRIGUES BRITO
RECORRIDO : LUIS DOS SANTOS FERNANDES FILHO
RECORRIDO : CARPEGIANE RODRIGUES DOS SANTOS
ADVOGADOS : VALNEI GOMES DA CRUZ ROCHA - RO002479
DENISE GONÇALVES DA CRUZ ROCHA - RO001996

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado
(fl. 77, e-STJ):

Agravo de instrumento. Indenização. Danos materiais e morais. Fundamentação da decisão agravada. A usência. Nulidade. Afastamento. Construção de usina hidrelétrica. Desbarrancamento. Moradores. Prova pericial. Inversão do ônus da prova. Dano ambiental. Possibilidade. Princípio da precaução. Recurso. Desprovimento. Não há nulidade na decisão de fundamentação concisa, quando o seu conteúdo for suficiente para identificar quais fatores influenciaram no convencimento do juízo. Havendo a constatação do possível dano ao meio ambiente, é viável a inversão do ônus da prova para atribuir à empresa o ônus de provar que sua atividade não é a causadora do dano. Isso em conformidade com o art. 6º, inc. VIII, da Lei n. 8.078/1990 c/c art. 21 da Lei n. 7.347/1985, conjugado ao princípio da precaução (Lei n. 6.938/1981).

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões do recurso especial, a recorrente aponta violação aos arts. 373, incisos I e II, do Código de Processo Civil/2015; 6º, VIII, da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor); e 21 da Lei 7.347/85.

Sustenta que *"em que pese o objeto da Ação Indenizatória originária estar relacionado à (suposto) impacto da construção de Usina sobre o Rio Madeira - matéria que tangencia questão ambiental - o pedido da Agravada tem cunho*

patrimonial individual, qual seja a condenação da agravante ao pagamento de indenização por danos materiais e morais por alegado fato que exige dilação probatória - de encargo dos autores -, o que não justifica aplicar o princípio da precaução para determinar a inversão o ônus da prova à agravante" (fls. 117-118, e-STJ).

Alega que a decisão que determina o pagamento dos honorários periciais fere o princípio da ampla defesa, pois imputa à recorrente o dever de arcar com os referidos honorários.

Sem contrarrazões.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

O recurso especial não merece prosperar, em razão da incidência das Súmulas 7 e 83/STJ.

Ao solucionar a controvérsia, o Tribunal de origem consignou o seguinte (fl. 40, e-STJ):

Entendo ser aplicável ao caso a inversão do ônus da prova, uma vez que há a possibilidade de o empreendimento ter afetado a região a jusante, pois, como se trata de possível dano ambiental, cabe à agravante, nos termos do art. 6º, inc. VIII, da Lei n. 8.078/1990 c/c art. 21 da Lei n. 7.347/1985, conjugado ao Princípio da Precaução (Lei n. 6.938/1981), comprovar que sua atividade não é responsável pelo dano ocasionado.

Ainda, inexistente falar em ser indevida a inversão por haver uma relação privada entre as partes, pois aquela não foi deferida pela relação jurídica litigiosa envolvida, mas, sim, pela possibilidade da ocorrência de dano ambiental (Princípio da Precaução), sendo que a referência que o art. 21 da Lei n. 7.347/1985 (Lei da Ação Civil Pública por Responsabilidade por Danos Ambientais) faz ao Estatuto Consumerista, ocorre porque em termos de inversão do ônus da prova foi regrado de forma ímpar pelo CDC, sendo que o fato de o dano ambiental não ser discutido por meio de ação civil pública não impossibilita a inversão do ônus da prova, pois esta ocorreu, repisa-se, não pela relação jurídica litigiosa, mas pela possível

ocorrência de dano ambiental.

[...]

Vale destacar que, da mesma maneira, merece ser afastada a argumentação referente à teoria da carga dinâmica da prova, que parte da premissa de que ao litigante que detiver maior conhecimento técnico ou maior facilidade de realizar a prova caberá este encargo. No caso em debate, tratando-se de questão, também, atinente ao direito ambiental, a inversão operar-se-á de forma ope legis.

Com efeito, o Tribunal de origem decidiu em consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, e para modificar as conclusões adotadas no acórdão recorrido, seria necessário o reexame do conjunto fático-probatório dos autos.

A propósito, confirmam-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICA. RIO MADEIRA. PESCADORES. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/73. ALEGAÇÃO DE CONEXÃO E ILEGITIMIDADE ATIVA QUE DEMANDA REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM AÇÃO POR INDENIZAÇÃO POR DANO AMBIENTAL. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ NÃO COMPROVADA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A inversão do ônus da prova no que se refere ao dano ambiental está de acordo com a jurisprudência desta Corte, que já se manifestou no sentido de que, "tratando-se de ação indenizatória por dano ambiental, a responsabilidade pelos danos causados é objetiva, pois fundada na teoria do risco integral. Assim, cabível a inversão do ônus da prova" (AgRg no AREsp 533.786/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, julgado em 22/9/2015, DJe de 29/9/2015).

[...]

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 846.996/RO, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 19/10/2016).

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. DIREITO CIVIL E DIREITO AMBIENTAL. CONSTRUÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA.

REDUÇÃO DA PRODUÇÃO PESQUEIRA. SÚMULA Nº 7/STJ.
NÃO CABIMENTO. DISSÍDIO NOTÓRIO.
RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO INCONTESTE.
NEXO CAUSAL. PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO. INVERSÃO
DO ÔNUS DA PROVA. CABIMENTO. PRECEDENTES.

(...)

3. A Lei nº 6.938/81 adotou a sistemática da responsabilidade objetiva, que foi integralmente recepcionada pela ordem jurídica atual, de sorte que é irrelevante, na espécie, a discussão da conduta do agente (culpa ou dolo) para atribuição do dever de reparação do dano causado, que, no caso, é inconteste.

4. O princípio da precaução, aplicável à hipótese, pressupõe a inversão do ônus probatório, transferindo para a concessionária o encargo de provar que sua conduta não ensejou riscos para o meio ambiente e, por consequência, aos pescadores da região.

5. Agravo regimental provido para, conhecendo do agravo, dar provimento ao recurso especial a fim de determinar o retorno dos autos à origem para que, promovendo-se a inversão do ônus da prova, proceda-se a novo julgamento.

(AgRg no AREsp n. 20.6748/SP, Relator Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 27/2/2013).

PROCESSUAL CIVIL E AMBIENTAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA.
RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL.
CONTAMINAÇÃO COM MERCÚRIO. ART. 333 DO CÓDIGO
DE PROCESSO CIVIL. ÔNUS DINÂMICO DA PROVA.
CAMPO DE APLICAÇÃO DOS ARTS. 6º, VIII, E 117 DO
CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. PRINCÍPIO DA
PRECAUÇÃO. POSSIBILIDADE DE INVERSÃO DO ONUS
PROBANDI NO DIREITO AMBIENTAL. PRINCÍPIO IN DUBIO
PRO NATURA.

[...]

2. O regime geral, ou comum, de distribuição da carga probatória assenta-se no art. 333, caput, do Código de Processo Civil. Trata-se de modelo abstrato, apriorístico e estático, mas não absoluto, que, por isso mesmo, sofre abrandamento pelo próprio legislador, sob o influxo do ônus dinâmico da prova, com o duplo objetivo de corrigir eventuais iniquidades práticas (a probatio diabólica, p. ex., a inviabilizar legítimas pretensões, mormente dos sujeitos vulneráveis) e instituir um ambiente ético-processual virtuoso, em cumprimento ao espírito e letra da Constituição de 1988 e das máximas do Estado

Social de Direito.

3. No processo civil, a técnica do ônus dinâmico da prova concretiza e aglutina os cânones da solidariedade, da facilitação do acesso à Justiça, da efetividade da prestação jurisdicional e do combate às desigualdades, bem como expressa um renovado due process, tudo a exigir uma genuína e sincera cooperação entre os sujeitos na demanda.

4. O legislador, diretamente na lei (= ope legis), ou por meio de poderes que atribui, específica ou genericamente, ao juiz (= ope judicis), modifica a incidência do onus probandi, transferindo-o para a parte em melhores condições de suportá-lo ou cumpri-lo eficaz e eficientemente, tanto mais em relações jurídicas nas quais ora claudiquem direitos indisponíveis ou intergeracionais, ora as vítimas transitem no universo movediço em que convergem incertezas tecnológicas, informações cobertas por sigilo industrial, conhecimento especializado, redes de causalidade complexa, bem como danos futuros, de manifestação diferida, protraída ou prolongada.

5. No Direito Ambiental brasileiro, a inversão do ônus da prova é de ordem substantiva e ope legis, direta ou indireta (esta última se manifesta, p. ex., na derivação inevitável do princípio da precaução), como também de cunho estritamente processual e ope judicis (assim no caso de hipossuficiência da vítima, verossimilhança da alegação ou outras hipóteses inseridas nos poderes genéricos do juiz, emanção natural do seu ofício de condutor e administrador do processo).

6. Como corolário do princípio in dubio pro natura, "Justifica-se a inversão do ônus da prova, transferindo para o empreendedor da atividade potencialmente perigosa o ônus de demonstrar a segurança do empreendimento, a partir da interpretação do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/1990 c/c o art. 21 da Lei 7.347/1985, conjugado ao Princípio Ambiental da Precaução" (REsp 972.902/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 14.9.2009), técnica que sujeita aquele que supostamente gerou o dano ambiental a comprovar "que não o causou ou que a substância lançada ao meio ambiente não lhe é potencialmente lesiva" (REsp 1.060.753/SP, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 14.12.2009).

7. A inversão do ônus da prova, prevista no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, contém comando normativo estritamente processual, o que a põe sob o campo de aplicação do art. 117 do mesmo estatuto, fazendo-a valer, universalmente, em todos os

domínios da Ação Civil Pública, e não só nas relações de consumo (REsp 1049822/RS, Rel. Min. Francisco Falcão, Primeira Turma, DJe 18.5.2009).

8. Destinatário da inversão do ônus da prova por hipossuficiência - juízo perfeitamente compatível com a natureza coletiva ou difusa das vítimas - não é apenas a parte em juízo (ou substituto processual), mas, com maior razão, o sujeito-titular do bem jurídico primário a ser protegido.

9. Ademais, e este o ponto mais relevante aqui, importa salientar que, em Recurso Especial, no caso de inversão do ônus da prova, eventual alteração do juízo de valor das instâncias ordinárias esbarra, como regra, na Súmula 7 do STJ. "Aferir a hipossuficiência do recorrente ou a verossimilhança das alegações lastreada no conjunto probatório dos autos ou, mesmo, examinar a necessidade de prova pericial são providências de todo incompatíveis com o recurso especial, que se presta, exclusivamente, para tutelar o direito federal e conferir-lhe uniformidade" (REsp 888.385/RJ, Segunda Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJ de 27.11.2006. No mesmo sentido, REsp 927.727/MG, Primeira Turma, Rel. Min. José Delgado, DJe de 4.6.2008).

10. Recurso Especial não provido.

(REsp 883.656/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 28/2/2012).

Quanto à majoração dos honorários em razão do disposto no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil/2015, mostra-se incabível, visto que o recurso especial foi interposto nos autos de agravo de instrumento que ataca decisão interlocutória na qual não houve prévia fixação de honorários.

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora